

10

Renascimento da agricultura

VIMOS ANTERIORMENTE até que ponto a mineração absorveu as atividades econômicas da colônia. A contrapartida da fulgurante ascensão das minas foi a decadência da agricultura. Coincide com essa causa interna de decadência o novo equilíbrio internacional do séc. XVIII. Desenvolve-se plenamente, então, a política colonial adotada desde o século anterior pelas grandes potências concorrentes de Portugal no ultramar; particularmente pela França e Inglaterra. É a chamada política do "Pacto Colonial" destinado a reservar o mercado nacional de cada país às produções de suas respectivas colônias, e o comércio à marinha de sua bandeira. Esse exclusivismo nacionalista colocará Portugal e suas colônias em muito má posição; sem marinha (esfacelara-se sob o domínio espanhol a que possuía), e não contando com um mercado nacional apreciável, restringe-se a saída para seus produtos coloniais. E os concorrentes 'do Brasil na produção do açúcar, em particular as Índias Ocidentais, começam a ganhar terreno sobre ele. Elas estão, aliás, melhor situadas que o Brasil. Em primeiro lugar pela proximidade maior dos mercados consumidores; além disso, pelo próprio fato de se desenvolverem em época mais recente. Repete-se o caso tão frequente da concorrência de uma indústria mais jovem que, livre da rotina que embarga os passos da mais antiga, conta com trunfos maiores para a vitória. Essa circunstância explicará talvez, em grande parte, o atraso técnico relativo, no séc. XVIII, da indústria açucareira do Brasil. Fato que será constatado e reconhecido pelos observadores contemporâneos.

Seja como for, a primeira metade do séc. XVIII é um período sombrio para a agricultura brasileira. Mas a situação modificar-se-á completamente na sua última parte. Aponte acima os fatores que trouxeram o declínio da mineração; em seu lugar ressurgirá novamente a agricultura, que volta a ocupar a posição dominante que desfrutara nos dois primeiros séculos da colonização. Mas não será apenas esse fator negativo que

estimula o refluxo das atividades da colônia para o cultivo da terra. Estendiam-se novamente os mercados para seus produtos. Para isso contribuiu particularmente o desenvolvimento considerável da população europeia no correr do séc. XVIII; a par disso, o incremento das atividades econômicas e as relações comerciais em todo o mundo, esse prenúncio da nova era que se inaugura na segunda metade daquele século, a era da Revolução Industrial. Isso se reflete intensamente no mundo colonial. Seus mercados se alargam, seus produtos se valorizam. A importância do comércio colonial para os países da Europa, nesse período, se manifesta nas lutas que em torno dele se acendem. Todos os conflitos europeus, pode-se dizer que desde a guerra de Sucessão da Espanha, e inclusive as guerras napoleônicas, têm sempre, como *ultima ratio*, o problema colonial.

Aliás, essas guerras, cujo teatro principal é quase sempre nas grandes rotas marítimas, vão contribuir para a valorização dos produtos do ultramar, embaraçando e tornando escasso o seu fornecimento. Quem estará então bem colocado é Portugal. Potência já então de segunda ordem entre os países coloniais da Europa, abrigado à sombra poderosa de seu aliado inglês, o reino é dos países europeus que menos se envolveram nos conflitos. Dessa sua posição de neutralidade dúbia, que terminaria num desastre, ele foi tirando, enquanto pôde, vantagens consideráveis. Durante um certo tempo dominou mesmo o comércio colonial, e com isso recobrou uma posição que desfrutara dois séculos antes, e que parecia já irremediavelmente perdida para sempre.

Mas se Lisboa se tornara, pelos fins do século, o grande empório do comércio colonial, a sua colônia americana não seria menos avantajada pela posição privilegiada da metrópole. Todos os demais produtores de gêneros tropicais se viam atingidos pela luta em que se envolviam suas respectivas metrópoles. A neutralidade portuguesa se estendia sobre o Brasil e seu comércio. Podia ele, em paz, desenvolver suas riquezas e vender sem empecilhos seus produtos. Mas não é só: nos últimos anos do século seus principais concorrentes ainda sofrem golpes mais profundos que a guerra. São as agitações políticas e sociais que transtornam a vida das colônias inglesas e francesas das Antilhas, sobretudo o grande colapso de São Domingos (Haiti), em 1792. No comércio dos produtos tropicais a posição do Brasil se tornará ímpar.

Ainda ocorre na segunda metade do século mais um fator particular que estimula a agricultura brasileira. Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e sobrepujá-lo-á em breve: o algodão. Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão

nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do séc. XVIII permitirão o seu aproveitamento em medida quase ilimitada, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo. Arkwright constrói o seu fuso em 1769, no mesmo ano em que Watt obtém patente para a máquina a vapor que tornaria possível o emprego dessa energia em larga escala. Em 1787 Cartwright inventa o tear mecânico. São datas preciosas para o Brasil. O consumo do algodão na Inglaterra, o grande centro da indústria têxtil moderna, acompanha essas datas. Não ia no quinquênio 1771/5 além de 4,76 milhões de libras (peso); no penúltimo do século (1791/5), logo depois da introdução do tear mecânico, atingirá 26 milhões.

Já não bastavam para esse volume considerável os antigos e tradicionais fornecedores do Oriente; e a América, aproveitando suas reservas imensas de terras virgens, virá preencher a falta e tornar-se-á o grande produtor moderno do algodão. O Brasil terá sua parte, que a princípio não é pequena, nesse surto sem paralelo no passado do comércio algodoeiro.

O algodão é produto nativo da América, inclusive do Brasil, e já era utilizado pelos nossos indígenas antes da vinda dos europeus. Com a colonização o seu cultivo se difundiu. Fiado e tecido em panos grosseiros, servia para a vestimenta dos escravos e classes mais pobres da população. Exportou-se mesmo, ocasionalmente, em pequenas quantidades; e na falta da moeda, os novelos de fio e panos de algodão chegaram a circular em certas regiões como tal; hábito que tanto se arraigou, que no Maranhão, p. ex., exprimiam-se ainda naquelas mercadorias, em princípios do séc. XIX, os valores monetários locais: *novelo de fio*, por 100 réis; e *rolo de pano*, por 10\$000. Mas até o terceiro quartel do séc. XVIII, quando começa a ser exportado regularmente, o algodão nada mais representa que uma insignificante cultura de expressão local e valor mínimo. É somente quando se torna mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão começa a aparecer, tornando-se mesmo uma das principais riquezas da colônia. Verifica-se aí, mais uma vez, o papel que representa na economia brasileira a função exportadora: é ela o fator único determinante de qualquer atividade econômica de vulto. E isso se comprovará novamente nesse mesmo setor da produção algodoeira, pouco depois do período que ora nos ocupa, quando vem o reverso da medalha e a fibra brasileira é desbancada e quase excluída do mercado internacional pelos

seus concorrentes. A produção decairá logo em seguida, e as regiões produtoras que não contaram com um substituto, encerram com um colapso sua brilhante e curta trajetória.

A primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior (com exclusão daquela remessa pequena e intermitente exportação do séc. XVI, referida acima, e que não progrediu) data, ao que parece, de 1760, e provém do Maranhão que, neste ano, exporta 651 arrobas. De Pernambuco exporta-se a partir de 1778, sendo em quantidade insignificante até 1781. A Bahia e o Rio de Janeiro seguirão o passo. Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitânias. Deveu-se isso em particular à *Companhia geral do comércio do Grão-Pará e do Maranhão*, concessionária desde 1756 do monopólio desse comércio. É essa companhia que fornecerá créditos, escravos e ferramentas aos lavradores; que os estimulará a se dedicarem ao algodão, cuja favorável conjuntura começava a se delinear. A Companhia não colherá os melhores frutos do seu trabalho: extingue-se em 1777 com a cessação do seu privilégio, que não é renovado. Mas o impulso estava dado, e o Maranhão continuará em sua marcha ascendente. Será ultrapassado mais tarde por Pernambuco e pela Bahia, que contavam, ao se lançarem na empresa, com recursos de gente e capitais muito mais amplos. Mas o Maranhão terá, pelo menos num momento, seu lugar no grande cenário da economia brasileira.⁽¹⁴⁾

A cultura do algodão disseminar-se-á largamente pelo território brasileiro. Sua área de difusão estende-se desde o extremo-Norte (onde até o Pará tem sua pequena exportação), até o planalto dos Campos-Gerais (atual estado do Paraná); e avança, na base da serra, mais para o sul, até a latitude de 30°2, nas proximidades de Porto Alegre. Para o interior, até Goiás produzia e exportava algodão. O país inteiro será atingido pelo *boom*, e alinhar-se-á entre os grandes produtores mundiais da fibra. Mas não será mais que um momentâneo acesso. Com o declínio dos preços, que se verificará ininterruptamente desde o começo do séc. XIX, consequência sobretudo do considerável aumento da produção norte-americana

(14) Não é somente economicamente que se transforma; a mudança é mais profunda. Com o algodão vieram os escravos africanos — ou vice-versa, preferivelmente —; modifica-se a feição étnica da região, até então composta na sua quase totalidade, salvo a minoria dos colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão.

e do aperfeiçoamento da técnica que o Brasil não acompanhou, a nossa área algodoeira vai-se restringindo; e estabilizar-se-á com índices muito baixos, em dois ou três pontos apenas.

Na localização, o algodoeiro não acompanhará as antigas e tradicionais culturas tropicais brasileiras: o açúcar e o tabaco. Rebelde à umidade, e particularmente à irregularidade das precipitações que na época em que se abrem as maçãs deterioram a fibra, as regiões mais arredadas do litoral, onde as chuvas são menos frequentes e mais regulares, se avantajam sobre os setores que foram os de eleição para a cana e o tabaco. No Maranhão, as culturas se internam subindo as margens do Itapicuru, e se concentram sobretudo em Caxias. No Ceará, elas invadem a bacia do Jaguaribe, e seu principal centro localizar-se-á no alto interior, Icó. Fato semelhante se verifica no Nordeste: a cana ocupara as planícies de beira-mar; o algodão fixar-se-á numa faixa intermediária entre elas e o interior propriamente, o *agreste*, como se denomina a região.

O interior mais remoto também se aproveita da preferência do algodão por climas mais secos. No alto interior da Bahia e de Minas Gerais, na região limítrofe dessas duas circunscrições administrativas, forma-se uma região algodoeira de certa importância; bem como em Goiás, como já foi referido. Como se vê, a lavoura algodoeira abre perspectivas agrícolas para zonas que até aí só tinham conhecido o pastoreio ou a mineração. Mas como assinalai, será precária em todas elas; o afastamento dos portos de embarque e a dificuldade do transporte acabarão sufocando-as. A concorrência internacional e a queda de preços eliminarão essas regiões mais desfavorecidas; e sobrarão apenas, mas em posição medíocre, internacionalmente falando, o Nordeste e o Maranhão.

O progresso da lavoura algodoeira foi muito facilitado pela relativa simplicidade da produção. Ao contrário do açúcar, ela quase nada exige além da cultura propriamente; seu benefício se limita à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples que não exigem senão instalações sumárias. E mesmo para isso, realizar-se-á uma certa separação entre a cultura e o beneficiamento, forrando-se assim o lavrador do ônus e das dificuldades do preparo do seu produto, o que era em regra feito por comerciantes que adquiriam a mercadoria em bruto. Mas nem por isso a cultura do algodão tem um tipo de organização diversa da que tem a cana; aí, como nesta última, é a grande exploração que domina. Embora de manipulação menos complexa que a do açúcar, o algodão se afeiçoa mais, comercialmente, a esse tipo. Aliás, a mão de obra abundante que exige, em particular por ocasião da colheita, já é por si uma

circunstância favorável à cultura em larga escala. Encontramo-la assim, particularmente nas grandes regiões produtoras, Maranhão e Pernambuco, concentrada em fazendas de vulto, trabalhadas como as da cana por numerosos escravos negros.

O açúcar não ficará atrás do algodão nesse surto agrícola do final do séc. XVIII. As velhas regiões produtoras, como Bahia e Pernambuco, decadentes havia quase cem anos, se renovam e brilharão outra vez como nos dois primeiros séculos da colonização. Abrem-se novas regiões de grande produção, como nos Campos dos Goitacazes, que logo adquirirão posição de primeiro plano. Em São Paulo também, os progressos serão sensíveis. A velha capitania de São Vicente (cujo nome se mudara para *São Paulo* em princípios do século XVIII) permanecera até a época que nos ocupa, em plano secundário e apagado. Embora se tivesse iniciado aí a colonização muito cedo, ao mesmo tempo que em Pernambuco, e embora tivessem partido daí as expedições que descobriram e primeiro exploraram o ouro de Minas Gerais, São Paulo, pela sua posição excêntrica, esperará muito tempo para significar alguma coisa. No momento que nos ocupa começa a se destacar; e é no açúcar, sobretudo, que fundará sua prosperidade. A lavoura de cana se desenvolve no litoral; mas o planalto interior, embora separado da costa pelo abrupto da serra que dificulta singularmente os transportes e comunicações, também será beneficiado. Em conjunto, São Paulo já figurará no final do séc. XVIII como exportador de açúcar, embora modestamente com suas mil caixas anuais que vêm depois das 20 mil da Bahia, 14 mil de Pernambuco e 9 mil do Rio de Janeiro.

Passemos rapidamente em revista as demais culturas que aparecem nessa época e que representam algum papel na economia brasileira. A do arroz adquirirá importância, chegando a figurar em segundo lugar nas exportações da colônia, embora muito longe do açúcar, colocado ainda, como sempre no passado, em primeiro lugar. Cultiva-se sobretudo no Maranhão; e, em menor escala, no Pará e no Rio de Janeiro. O anil será uma grande esperança que se frustrou. A América se tornou no séc. XVIII a maior produtora mundial, em substituição à Índia, até então a grande fornecedora. O anil cultivar-se-á sobretudo na Carolina e Geórgia (Estados Unidos) e em São Domingos. No Brasil procurou-se também introduzir o indigoeiro, lá por volta de 1769; e ele prosperou sobretudo no Rio de Janeiro. A exportação da capitania chegou, em 1796, a 5.000 arrobas. Mas pela mesma época inicia-se a decadência; aliás, na América em geral, por efeito da concorrência da Índia, onde a Inglaterra, tendo perdido suas

colônias americanas, estimulara com grandes capitais o renascimento da produção. O Brasil foi particularmente atingido porque seu produto, mal preparado e fraudado, tinha péssima aceitação nos mercados. A cultura do indigoeiro desaparece praticamente pouco depois.

Restaria falar do café, que nessa última parte do séc. XVIII começa a ser cultivado em larga escala. Mas deixemos sua história para depois (cap. 16), quando atinge a notável importância que faria dele o grande produto da economia brasileira.

Esse renascimento agrícola da colônia se faz em contraste frisante com as regiões mineradoras, cujo declínio se torna cada vez mais acentuado. Elas se voltam, aliás, na medida do possível, para as atividades rurais. Vimos já como a cultura do algodão aí se desenvolve; a pecuária também adquire importância excepcional, e em Minas Gerais constituir-se-á o centro criador de mais alto nível na colônia. Particularmente a indústria de laticínios, que antes não se praticava no Brasil em escala comercial, torna-se notável. O queijo aí fabricado será famoso, e até hoje é o mais conhecido do país (o "queijo de Minas"). Forma-se também, no sul de Minas Gerais, uma região de cultura do tabaco, que embora não chegue nunca a rivalizar com a Bahia, tem sua importância.

Tal contraste entre a decadência da mineração e o progresso das atividades rurais se reflete nas discussões da época; é sensível nelas o prestígio da agricultura, e crescente a descrença na mineração. O balanço entre ambos é quase unânime em favor da primeira. Somente dela esperavam-se resultados sérios e um futuro promissor. O país acordara finalmente do seu longo sonho de metais e pedras preciosas...

A consequência máxima, na feição geral da colônia, do renascimento da agricultura, é o novo deslocamento de seu eixo do interior para a marinha. A zona natural da agricultura é a faixa de territórios que se estende, de norte a sul, ao longo do oceano. Aí se fixara de início, e exclusivamente, como vimos, nos dois primeiros séculos. Para a produção dos gêneros tropicais de que então se tratava, e sobretudo o açúcar de cana, nada mais favorável que essa baixada litorânea, úmida e quente, em que a qualidade excepcional de certos solos vinha complementar a excelência das condições climáticas. Ocorria ainda mais uma circunstância favorável a essa localização. Produzindo exclusivamente para o exterior, as atividades econômicas da colônia se fixam naturalmente próximo aos portos de embarque e exportação. A desvantagem das capitanias do interior, nesse terreno, é manifesta. Numa economia essencialmente exportadora, como a da colônia, sua posição é excêntrica. Só com a agricultura, a

colonização não teria penetrado no interior; e é por isso que até o século XVII, os portugueses continuavam a “arranhar o litoral como caranguejos”, como dirá um cronista da época. Foram a mineração e a pecuária que tornaram possível e provocaram o avanço; a primeira, por motivos óbvios: o valor considerável do ouro e dos diamantes em pequenos volumes e peso anula o problema do transporte. A segunda, para empregar a pitoresca fórmula de um observador do séc. XVIII “porque os gados não necessitam de quem os carregue, eles são os que sentem nas longas marchas todo o peso de seus corpos...”.

É por isso que as capitânicas do centro, que se tinham estabelecido em função das minas agora decadentes, quando passam a dedicar-se a atividades rurais para se ocuparem nalguma coisa, é a pecuária que de preferência escolhem. É o que se verifica, como referi, em Minas Gerais. Mas, seja esse o caso, ou subsidiariamente o da agricultura, tratar-se-á sempre de uma atividade de segundo plano. A grande lavoura, isto é, a agricultura que produz para a exportação e que é a única de perspectivas amplas, essa só excepcionalmente se fixará no interior.

O algodão, nos primeiros tempos da febre e dos grandes lucros, gozando de preços anormalmente altos, constituirá uma dessas exceções. Encontrando no interior condições naturais altamente propícias, mão de obra relativamente abundante que a decadência da mineração deslocara e pusera à sua disposição, ela se alastra por setores inesperados, como foi referido. Mas tratar-se-á sempre de uma situação precária e que não durará muito. E aqueles centros do interior não contrabalançarão nunca a faixa de territórios mais próximos do mar, mesmo nesse caso particular do algodão.

O que se passa em São Paulo, nesse terreno, se assemelha a um paradoxo. Assistimos aí à inversão da regra geral. Até fins do séc. XVIII é ainda o litoral que prevalece sobre o planalto interior; e é nele – estamos ainda na regra – que se verificou seu primeiro ciclo agrícola. Mas no momento em que a agricultura paulista, acompanhando o movimento geral da colônia, toma verdadeiro impulso, e pela primeira vez passa a representar alguma coisa no conjunto da economia do país, não é o litoral que escolhe; este ficará em segundo plano. É no planalto que se localizará a principal região produtora de açúcar, com que São Paulo começa sua restauração e progresso.

A exceção à regra se explica. A planície litorânea forma aí uma faixa muito estreita; e quando se alarga, constitui-se sobretudo de terrenos alagadiços e impróprios para a agricultura. Isso contrasta vivamente com

as grandes vantagens do planalto e de seus magníficos solos, sem dúvida os melhores do país. Aliás, embora separado dos portos pelo abrupto da serra, não se afasta deles excessivamente.

Também é o caso de lembrar aqui a lavoura cafeeira, que embora nos primeiros passos de sua grandiosa trajetória, já começava a conquistar um pequeno lugar entre as principais atividades agrícolas da colônia. O cafeeiro também foge à baixada litorânea, que não lhe convém, e procura as encostas da serra que a domina. Assim mesmo, não se entranhará muito, a não ser bastante mais tarde (graças então às estradas de ferro), e ficará no bordo oriental do planalto que sobranceia o mar.

De modo geral, é assim a faixa de territórios mais próximos do mar que é atingida pelo renascimento agrícola da colônia. Outro fato, já referido incidentalmente acima, virá reforçar essa tendência geral para a costa: é a decadência da região do interior nordestino, acossada pela seca, e que será substituída, como fornecedora de carne, pelos campos do Rio Grande do Sul. Analisarei esse fato, com mais vagar, em capítulo próximo; mas lembro-o aqui para completar o quadro dessa inversão do movimento colonizador, no sentido do interior durante o séc. XVII e sobretudo o XVIII, de retorno para o litoral dos fins deste em diante.

O desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo. Daí sua precariedade e, salvo em casos excepcionais, sua curta duração. No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período praticamente nulo. Continuava em princípios do séc. XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo substituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, a fazerem sentir seus efeitos devastadores.

Para a instalação de novas culturas nada de novo se realizara que o processo brutal e primitivo da “queimada”; para o problema do esgotamento do solo, outra solução não se descobrira ainda que o abandono puro e simples do local por anos e anos consecutivos, com prazos cada vez mais espaçados que o empobrecimento gradual do solo ia alargando. Para se tornar afinal definitivo. A mata, sempre escolhida pelas propriedades naturais do seu solo, e que dantes cobria densamente a maior parte das áreas ocupadas pela colonização, desaparecia rapidamente devorada pelo fogo. Assim, no litoral do Nordeste, entre outros exemplos, da densa e ininterrupta floresta que se estendia da Paraíba até

Alagoas, sobravam apenas uns restos nos dois extremos da área. Tentar-se-á defendê-los do assalto final nos últimos anos do séc. XVII; não, aliás, em consideração à agricultura ou à necessidade de reservas para o futuro desenvolvimento do país, mas para o fornecimento de madeiras aos arsenais da Marinha Real. Critério estreito, como sempre, de uma administração incapaz, e que será um dos responsáveis pela ineficiência e inutilidade das medidas de defesa adotadas. A destruição continuará como dantes até a consumação final.

Contribuía particularmente para essa destruição o consumo indiscriminado e descontrolado da lenha. Sobretudo responsáveis os engenhos de açúcar que absorvem quantidades enormes; não se cogitara ainda em utilizar o bagaço da cana como combustível, coisa que nas colônias inglesas, francesas e holandesas já se tornara processo rotineiro.

A devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte. Graças somente à excepcional fertilidade natural dos terrenos baianos ou pernambucanos é que foi possível manter aí, durante tanto tempo, a cultura da cana. Mas o vácuo de matas que se ia formando em torno dos engenhos criava outros problemas igualmente sérios. Tinha-se que ir buscar lenha a distâncias consideráveis; frequentemente ela se torna inacessível, e a atividade do engenho cessa. A falta de lenha é uma das causas mais comuns do abandono de engenhos, e ocorre amiúde.

No trato da terra também nada se fizera no sentido do melhor aproveitamento, restauração ou mesmo simples conservação das propriedades naturais do solo. O sistema de monocultura e o espírito que anima o produtor colonial são disso os principais responsáveis. Ela faz convergir para um único fim, com o objetivo de um máximo e momentâneo proveito, todas as atenções e esforços; verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais do solo; "agricultura extrativa", já foi ela denominada. A fatal separação entre a agricultura e a pecuária, corolário daquele sistema, e que constitui um dos traços mais característicos da economia rural da colônia, também foi funesta para o trato do solo, privando-o, como o privou, do único elemento fertilizante de que poderia dispor: o estrume dos animais. E nem se procurou obviar ao inconveniente daquela separação na medida do possível, aproveitando o gado que se empregava no manejo dos estabelecimentos rurais, e que era numeroso nos engenhos de açúcar. Nem ao menos a *bagaceira* (o bagaço da cana esmagada), inutilmente

desperdiçada, se aproveitava como adubo. Quando estorvava pelo volume, incinerava-se. Ignorância e imprevidência em tudo.

Naturalmente de outros melhoramentos mais complexos do solo nunca se cogitou um instante sequer. Irrigação, tão necessária em muitos lugares e relativamente fácil em vários casos; drenagem e outros processos de regularização do fornecimento da água para a agricultura, ou em defesa dela, providências essas todas tão importantes num clima particularmente sujeito à irregularidade e violência das precipitações pluviais e escoamento das águas, são praticamente desconhecidas na colônia.

Em matéria de lavra do solo, nada verdadeiramente se praticava de eficiente, e além da queima e roçada para a limpeza indispensável – e isso mesmo apenas sumariamente e sem mais que o conhecido processo da *coivara*,⁽¹⁵⁾ – não se fazia mais que abrir o solo em regos ou covas, conforme o caso, para lançar nele a semente. Aliás, de instrumentos agrícolas não se conhecia outro que a enxada. Nada mais primário.

O problema da escolha ou seleção de variedades a serem cultivadas pode-se considerar ignorado. Até princípios do séc. XIX só se conhecia uma única variedade de cana-de-açúcar, a mesma que se cultivava desde o início da colonização, e que por isso, quando os lavradores brasileiros descobriram que não era única, foi apelidada *crioula*. Só naquela data começou a se difundir outra variedade mais resistente, a cana de *caiena* ou *otaiti*.⁽¹⁶⁾ Relativamente ao algodão, aparece mais cedo um rudimento de discriminação; desde o último decênio do séc. XVIII notara-se que uma variedade particular conhecida por *algodão do Maranhão* (embora nada tivesse com esta capitania), produzia melhor, e começou-se a adotá-la a partir de 1796; mas seus progressos foram lentos. Se isso se dava com as principais lavouras da colônia, pode-se imaginar o que ia pelas demais.

As indústrias complementares da agricultura também se mantinham na mesma inércia. Os engenhos de açúcar em nada se tinham modificado; existem duas admiráveis descrições contemporâneas deles, uma de princípios, outra de fins de século; ambas se sobrepõem perfeitamente.⁽¹⁷⁾ Já me referi ao caso do emprego do bagaço como combustível, que não se praticava ainda no Brasil apesar de já ser processo velho de mais

(15) A *coivara* consistia em reunir e juntar em pilhas os galhos e outros destroços da floresta queimada e atear-lhes fogo.

(16) Essa variedade, originária da ilha de Taiti (donde o nome), e trazida para a América Central e as Guianas, passou para o Brasil entre 1790 e 1803.

(17) São elas, respectivamente, a *Cultura e opulência do Brasil*, de Antonil (1711), e as *Notícias soteropolitanas*, de Vilhena (1800).

de meio século; a moagem continuava a se fazer em aparelhos antiquados de baixo rendimento, apesar dos progressos técnicos no assunto e que já tinham sido adotados havia muito em outros lugares.

A utilização da água corrente como força motriz das moendas (engenhos d'água), de rendimento quase dobrado com relação ao da propulsão animal, também não é muito comum. Numa descrição minuciosa da capitania de Pernambuco, em 1777, só encontramos referência a 18 engenhos d'água, num total de 369, que era então o efetivo da capitania. Aliás, a força hidráulica é excepcional em qualquer setor. Emprega-se no *monjolo*, um rudimentar pilão mecânico trazido provavelmente do Oriente, e nalguma primitiva roda d'água;⁽¹⁸⁾ mas isso é tudo. Das fontes de energia então reveladas ao conhecimento humano, não se utilizam aqui, em escala apreciável, senão as mais rudimentares, as que primeiro se impuseram àquele conhecimento: a força do homem e do animal.

A mesma rotina se verifica no beneficiamento do algodão. No descaroçamento, apesar da descoberta de Whitney, a *saw-gin*, que é de 1792 e logo se difundiu largamente por toda a região algodoeira dos Estados Unidos, o Brasil continuará a empregar por decênios ainda o velho princípio do descaroçador de origem imemorial, a *churka* do Oriente. Ignorou-se por completo, aqui, a descoberta que revolucionou a cultura algodoeira, dando-lhe um impulso que a transformaria. Para o enfardamento ainda se empregarão correntemente velhos processos manuais até princípios do séc. XIX, e só então se introduzem as prensas mecânicas.

Esses índices da agricultura brasileira revelam, sem margem para dúvidas, o seu ínfimo nível técnico. A rotina e a ignorância. O responsável por tal estado de coisas é naturalmente o sistema geral da colonização, fundada no trabalho ineficiente e quase sempre semi bárbaro do escravo africano. Seria difícil realizar qualquer coisa de muito melhor com trabalhadores dessa natureza. Mas não é só o trabalho escravo o responsável. De nível bastante superior eram a agricultura e a indústria anexas em outras colônias tropicais, contando embora com idêntica mão de obra. Já sem contar os estados sulinos da União norte-americana, onde o trabalho também é escravo. A razão da diferença está, não pode haver outra, na natureza do colono português, e sobretudo no regime político e administrativo que a metrópole impôs à sua colônia. Esse fora sempre, pelo menos

(18) Ainda hoje se encontram desses aparelhos rudimentares que pela simplicidade da sua construção resistiram ao progresso. As rodas d'água são em geral horizontais, o que facilita a construção quando se empregam em moinhos, pois dispensam-se engrenagens. Mas perde-se muito da força motriz, e o rendimento é limitado.

no último século, de isolar o Brasil, mantê-lo afastado do mundo e impedindo portanto que aqui chegasse outra coisa qualquer que os reflexos do já baixo nível intelectual do reino. Doutra lado, não supria o isolamento em que vivia a colônia o mais rudimentar sistema de educação e instrução que fosse. Não se pode considerar sistema de ensino as magras cadeiras de primeiras letras, latim e grego, que havia nalguns dos maiores centros da colônia. Criadas aliás só depois de 1776, e que funcionavam ao deus-dará, com professores mal pagos, alunos indisciplinados e aulas desorganizadas. O nível cultural da colônia era da mais baixa e crassa ignorância. Os poucos expoentes que se destacavam pairam num outro mundo, ignorados por um país que não os podia compreender. E sobre tudo isso pesava uma administração mesquinha, ciosa unicamente dos rendimentos do fisco e dos particulares dessa chusma de burocratas incapazes e pouco escrupulosos que a metrópole nos remetia para este lado do Atlântico.

Não vai aqui nenhum exagero, e o que fica dito já dá boa margem para explicar o nível rudimentar das principais atividades econômicas da colônia. Mas ainda há uma consideração de ordem mais geral a fazer nessa matéria da agricultura colonial. A colonização europeia nos trópicos inaugurou ali um novo tipo de agricultura comercial extensiva e em larga escala. Aliás, durante séculos, até os tempos contemporâneos, é só nos trópicos que se encontra essa forma de produção agrária. Hoje ela aparece também na zona temperada, particularmente na produção cerealífera, como nos Estados Unidos, na ex-União Soviética, na Argentina. Mas aí ela resulta de progressos técnicos e mecânicos notáveis, e veio depois que esses progressos conseguiram contrabalançar, em parte pelo menos, os inconvenientes do sistema. Esses não são pequenos, e o regime oneroso e exaustivo a que submete o solo é o mais grave deles.

Na agricultura tropical, pelo contrário, ainda hoje quase não existem processos racionais de cultura extensiva. No passado, nem se fala. Acresce ainda que qualquer sistema de produção extensiva na agricultura exige inversões vultosas de capital e trabalhos preliminares e paralelos consideráveis. Tudo isso faltou ou não foi possível realizar nos trópicos quando se começou a explorá-los. A produção contou neles unicamente com os recursos naturais abundantes, com a exuberância da vegetação e as reservas secularmente acumuladas num solo virgem. Mas tudo isso estava fadado a se esgotar. Nos primeiros séculos da colonização não foi percebido que se estava desbaratando um capital, não apenas colhendo seus frutos. Não se percebeu ou não havia inconvenientes imediatos: so-brava o espaço. É só aos poucos que se foi enxergando o alcance do mal.

No Brasil, em fins do século XVIII e princípios do seguinte, já se começa a senti-lo e havia consciência do que se passava. O assunto se discute contemporaneamente; naturalmente, ele é obscurecido por noções erradas, sem contar que se estava diante de um fato inteiramente novo, desconhecido no passado, quando a exploração dos trópicos ainda estava em seus primeiros passos. Faltavam conhecimentos científicos que só muito mais tarde se vulgarizariam. Não é compreendido portanto o mal que estava roendo a substância da colônia. Percebem-se os efeitos, e instintivamente se sente que alguma coisa há para fazer, mas não se sabe ao certo o quê. As soluções, quando são dadas, se buscam no arsenal da experiência europeia, como o conselho que encontramos num observador contemporâneo que recomendava, para a lavra conveniente da terra, o destocamento dos terrenos de cultura, como se nas extensões enormes das plantações coloniais fosse possível, sem outro auxílio que o braço humano e a força animal, realizar o que ainda hoje é quase sempre impraticável.

A baixa produtividade da agricultura brasileira, e que acabará numa esterilização quase completa de áreas extensas, não é, em última análise senão consequência do que acima ficou dito. E ela já era bem sensível no momento que nos ocupa. Mas o que nos cabe concluir é que o baixo nível técnico das nossas atividades agrárias e as consequências que teria, não se devem atribuir unicamente à incapacidade do colono. Em muitos casos, nos mais importantes mesmo, ele não podia fazer melhor. Poderia, é certo, acompanhar os seus concorrentes de outras colônias, atingir o seu padrão bastante superior. Mas seria pouco ainda. O mal era mais profundo. Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor. E com essa consideração, se de um lado desculpamos a colonização, doutro a carregamos muito mais. Porque o problema se torna muito mais difícil. Se não era simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar os seus processos e melhorar sua técnica, muito mais custoso será modificar um sistema, o que exigiria reformas profundas, econômicas e quiçá sociais.

Seja como for, é em condições precárias, apesar do bafejo providencial de conjunturas favoráveis, que a economia brasileira entra no século XIX; século em que a liberdade e a livre concorrência pô-la-iam, em campo aberto, em face de adversários infinitamente mais bem aparelhados. A sua derrota era inevitável; e mantendo-se, como se mantinha, unicamente na base do comércio exterior, dependendo de mercados sobre que não tinha a mais leve e remota ação, o colapso não tardaria, se a

Providência não viesse em nosso auxílio... E foi o que ocorreu, embora já estejamos aqui nos adiantando em nosso assunto; viria o colapso e viria também a providência salvadora. Esta chegaria até nós sob a forma de um gênero para cuja produção a natureza nos aparelhara admiravelmente: o café. Desbaratar-se-ia com ele mais uma grande parcela dos dons com que a natureza nos dotara. Mas onde não havia mais desses dons a gastar, a Providência falhou, e veio o colapso.

Não eram contudo tão sombrias ainda, ao inaugurar-se o século XIX, as perspectivas da agricultura colonial. Pelo contrário, vimos que a conjuntura internacional e doméstica a favorecia largamente. Os nossos produtos estavam valorizados, os possíveis concorrentes debilitados, e internamente a decadência da mineração punha à disposição dela energias e atividades desocupadas. Tudo sorria, e ela parecia marchar vitoriosa.

Copyright © by herdeiros de Caio Prado Jr.

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Primeira edição, 1945
Atualização, 1970
Post-scriptum, 1976
50ª reimpressão, 2010

Diretora editorial: *Danda Prado*

Coordenação editorial: *Alice Kobayashi*
Coordenação de produção: *Roseli Said*
Diagramação: *Digitexto Bureau e Gráfica*
Revisão: *Maristela Nóbrega e Ricardo Miyake*
Capa: *Silvio Dworecky*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prado Júnior, Caio, 1907-1990.
História econômica do Brasil / Caio Prado
Júnior. -- São Paulo : Brasiliense, 2008.

"Atualização: 1970"
"Post-Scriptum: 1976"
49ª reimpr. da 1. ed. de 1945.
Bibliografia.
ISBN 978-85-11-13017-7

I. Economia - História - Brasil I. Título.

08-07482

CDD-330.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Economia : História 330.981

editora e livraria brasiliense
Rua Mourato Coelho, 111 – Pinheiros
CEP 05417-010 – São Paulo – SP
www.editorabrasiliense.com.br

Sumário

PRELIMINARES (1500-1530)

1. O meio geográfico9
2. Caráter inicial e geral da formação econômica brasileira13
3. Primeiras atividades: a extração do pau-Brasil24

A OCUPAÇÃO EFETIVA (1530-1640)

4. Início da agricultura31
5. Atividades acessórias41

EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO (1640-1770)

6. Novo sistema político e administrativo na Colônia49
7. A mineração e a ocupação do Centro-Sul56
8. A pecuária e o progresso do povoamento no Nordeste . . .66
9. A colonização do vale amazônico e a colheita florestal69

APOGEU DA COLÔNIA (1770-1808)

10. Renascimento da agricultura79
11. Incorporação do Rio Grande do Sul – estabelecimento da pecuária94
12. Súmula geral econômica no fim da era colonial101

A ERA DO LIBERALISMO (1808-1850)

13. Libertação econômica123
14. Efeitos da libertação132
15. Crise do regime servil e abolição do tráfico142